



PODER

Combate às facções será prioridade

Futuro ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski diz que foco vai ser o enfrentamento aos problemas da segurança pública. Atual ocupante da pasta, Flávio Dino afirma ter enviado ao Planalto sugestão da criação de um Conselho Nacional das Polícias

» RENATO SOUZA

O futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou que o combate às facções criminosas será uma de suas prioridades no comando da pasta. Ele assume o cargo em 1º de fevereiro, quando o atual gestor, Flávio Dino, deixa a função para retomar o mandato de senador, antes de ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF). Lewandowski declarou que a segurança pública diz respeito "ao desenvolvimento harmônico do país".

Aposentado do Supremo no ano passado, ele foi escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para substituir Dino e começou a montar sua equipe poucos dias após ser anunciado.

Ontem, na sede do ministério, em Brasília, Dino e Lewandowski se reuniram para dar andamento ao processo de transição. Integrantes da atual equipe e da que assume no próximo mês estiveram presentes, assim como representantes de órgãos que estão sob responsabilidade da pasta, como a Polícia Federal, representada pelo diretor-geral, Andrei Rodrigues.

Lewandowski disse que vai dar continuidade ao trabalho de Dino, mesmo resolvendo trocar praticamente toda a equipe. "Temos um desafio, que é a preocupação do cidadão comum hoje, que é a segurança; a criminalidade e o crime organizado, que afetam não apenas as classes mais abastadas, mas também o cidadão mais simples, o trabalhador. E essa é uma pauta que precisa ser enfrentada, vem sendo enfrentada com muita competência e muito êxito", declarou.

Ele convidou o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Mario Sarrubbo, para comandar a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

O ministro aposentado do STF afirmou que está otimista quanto às futuras atribuições. "Estamos com as instituições consolidadas. Haveremos de resolver as dificuldades", destacou.

Após o encontro, Dino frisou que a pasta tem mais de 400 anos

de existência e desejou sorte ao novo gestor. "Já foi Ministério do Interior, alguns países ainda adotam essa nomenclatura. Hoje, cuida de legislação, segurança pública, direitos digitais, polícia penal, direito do consumidor, é uma pasta bastante ampla. Quero lhe desejar sorte, sucesso e proteção de Deus. Tenho certeza de que o senhor precisará das três", sustentou.

Dino afirmou que a equipe dele, "os santos", está em processo de remoção para o Supremo, mas disponível para auxiliar o novo ministro da Justiça. "Nossa equipe é extraordinária", completou. De acordo com Dino, as secretarias que fazem parte do ministério apresentaram suas prioridades e programas que devem ter continuidade.

Uma das ações de destaque apresentadas pela Polícia Federal é o combate ao desmatamento na Amazônia, por meio de operações contra o garimpo ilegal, que acomete as terras de região.

Dino relatou ter enviado ao Planalto uma proposta de criação da Corregedoria Nacional de Polícias e do Conselho Nacional das Polícias — que teria poder hierárquico sobre as corporações, parecido com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atuante no âmbito do Poder Judiciário.

Emenda constitucional

A medida seria colocada em prática por meio de uma Emenda à Constituição, que deve ser votada pelo Congresso Nacional. "Quando foi que o Brasil começou a ter uma política judiciária nacional? Com a criação do Conselho Nacional de Justiça. O CNJ, pela primeira vez, conferiu ao STF notoriedade que não tinha sobre o sistema judiciário. Então, por simetria, qual é o passo seguinte? Não é contratar uma consultoria nova para fazer um novo plano. O desafio é concretizar o plano que existe, foi nisso que trabalhamos", disse.

Ele acrescentou: "E nisso, ou derivado disso, elaboramos proposta e enviamos à Casa Civil, em que sugerimos, por

Jamile Ferraris / MJSP.



Lewandowski com Dino: "Não é bem transição, é uma continuidade. Claro que poderá haver pequenos ajustes, mas continuaremos esse trabalho"



Temos um desafio, que é a preocupação do cidadão comum hoje, que é a segurança; a criminalidade e o crime organizado, que afetam não apenas as classes mais abastadas, mas também o cidadão mais simples, o trabalhador"

Ricardo Lewandowski,
futuro ministro da Justiça

emenda constitucional, a criação de um Conselho Nacional das Polícias e da Corregedoria Nacional das Polícias. Para aí termos sistema nacional, normativo, mandatório, articulado, como existe no SUS (Sistema Único de Saúde) e no Judiciário. Esse é o passo certo. É o passo de tirar do papel o plano nacional que existe".

O atual ministro da Justiça também ressaltou o que chamou de "crise energética" em razão de apagões que ocorrem nos estados, especialmente em localidades onde a distribuição de eletricidade foi privatizada. Citou os casos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Brasília e do Rio Grande do Sul.

Cappelli

Questionado sobre o futuro do atual secretário executivo da pasta, Ricardo Cappelli, que foi

interventor no Distrito Federal, Dino respondeu ter certeza de que, "em breve", ele "estará trabalhando em outro lugar".

As declarações de Dino acabam com rumores de que Cappelli poderia prosseguir na pasta. O ministro da Justiça disse que não fez nenhuma indicação para composição da nova equipe.

"Não foi um assunto tratado. Ele (Lewandowski) tem autonomia para tratar de sua equipe. Tenho certeza de que, em breve, ele (Cappelli) estará trabalhando em outro lugar. Creio que a passagem dele aqui no Ministério da Justiça está concluída", comentou. "Ele é um secretário executivo de altíssima eficiência, 99% do nosso orçamento foi executado. Prestou grande serviço a mim e ao país. Já exerceu vários cargos e, em breve, estará exercendo em outro lugar", reiterou.

» Caso Marielle

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou não haver um prazo para encerrar a investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista dela, Anderson Gomes, porque é uma apuração complexa. "Há estimativas de que a investigação está próxima do final, tangibilizar dias, semanas ou meses não é possível neste momento", frisou. Segundo ele, a investigação avançou. "Neste momento, só há uma delação, homologada pelo Superior Tribunal de Justiça. Evidentemente, a partir dessa delação podem surgir informações que dão origem a outras delações", afirmou. "Não olho inquiridos, mas sei que a investigação avançou desde que a PF entrou no caso, atuando junto com o Ministério Público do Rio de Janeiro."

Barroso elogia comandante do Exército

» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, enalteceu o comandante-geral do Exército Brasileiro, Tomás Paiva, afirmando que ele "contribuiu para pacificar o país". A declaração foi dada ontem, em solenidade para firmar um termo de cooperação técnica para a instalação de uma usina fotovoltaica na Corte, que será instalada pela Força.

"De contribuição e colaboração graciosa, o Exército Brasileiro, hoje comandado pelo general Tomás Paiva, atua com grande eficiência, com grande competência. Um homem que conseguiu contribuir para a pacificação do país, que também é um projeto do Supremo Tribunal Federal", ressaltou Barroso na assinatura do termo.

Segundo o ministro, o STF e a Força têm denominadores

comuns que estão na Constituição. "Agradeço a contribuição do Exército e do seu comandante, também cumprimento pelo importante papel que tem desempenhado à frente do Exército Brasileiro", disse. "O país deve ser feito da unidade de todas as pessoas, independentemente das suas convicções. Temos denominadores comuns que estão na Constituição e que nos unem a todos e nos agrega como nacionalidade", completou.

O Exército vai elaborar o projeto executivo para a implantação da usina. A parceria não terá custos aos cofres públicos.

Tomás Paiva citou o acordo e destacou a importância do diálogo entre as instituições. "Nosso QG já está com bom percentual de energia fotovoltaica. E isso mostra uma preocupação que é sinérgica de todas as instituições, de contribuir

Antonio Augusto/SCO/STF



Barroso discursa ao lado de Paiva: "Denominadores comuns"

com o tema e de estar aproximando com o objetivo de elevar sempre o diálogo entre as instituições, de uma maneira

republicana, de maneira democrática, para a gente poder crescer como país e como instituição", afirmou o general.

Na manhã de ontem, durante a abertura das audiências públicas sobre as eleições municipais deste ano, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, destacou, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que ele e as Forças Armadas estão à disposição da Justiça para atuarem nas eleições municipais deste ano.

José Múcio sustentou que os militares "zelam pela democracia". "Estou à disposição, as Forças Armadas estão à disposição, precisamos fazer um trabalho desde cedo, um jogo combinado, precisamos de sugestões, o que nós podemos fazer para melhorar", frisou.

De acordo com ele, "as Forças Armadas, mais do que ninguém, têm absoluto interesse de estar do lado do zelo da democracia". "Vamos ter uma chance muito grande de dizer que fazemos parte desse conjunto, que respeitamos os preceitos que a Constituição reza para que sejam nossos."



De contribuição e colaboração graciosa, o Exército Brasileiro, hoje comandado pelo general Tomás Paiva, atua com grande eficiência, com grande competência. Um homem que conseguiu contribuir para a pacificação do país, que também é um projeto do Supremo Tribunal Federal"

Luís Roberto Barroso,
presidente do STF